



(RE)COMPOR A ATENÇÃO PSICOSSOCIAL À POPULAÇÃO LGBTQIAPNb+: UMA REFLEXÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL NO “ESPAÇO LGBT+” DE JOÃO PESSOA-PB

KLÉBER NEVES MARQUES JÚNIOR

RESUMO

A estrutura cisheteronormativa atravessa todo tecido social e ganha contornos específicos de reprodução da exclusão na rede institucional. Essa estrutura impacta na promoção da atenção psicossocial nos serviços convencionais de atendimento, resultando em medo, dificuldade de vinculação e consequente não acesso da população LGBTQIAPNb+. Nesse contexto, surge a proposta de atenção psicossocial do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBTQIAPNb+ e Enfrentamento à LGBTQIAPNb+fobia da Paraíba - Unidade Pedro Alves de Souza - Espaço LGBT+ Pedrinho, vinculado à Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), na cidade de João Pessoa, como uma forma de operacionalizar e “manobrar” essa estrutura e produzir outras formas de atenção, considerando as particularidades das existências dessa população na sua relação com a realidade social. Assim, objetivamos com esse estudo descrever e problematizar os aspectos dos processos técnico-operativos que envolvem a promoção da atenção psicossocial à população LGBTQIAPNb+ no Espaço LGBT+. Para tanto, a metodologia utilizada parte da reflexão ética vivencial, por meio de reuniões e estudos das demandas do Espaço registrados em caderno de campo, associada a análise bibliográfica. Os resultados apontaram para a (re)criação e (re)invenção de práticas e respostas institucionais de cuidado fundadas em uma visão expandida das possibilidades identitárias em gêneros e sexualidades, propiciando e mobilizando mecanismos e recursos de intervenção mais genuínos e pouco genéricos quanto ao acolhimento e as propostas de superação dessas vulnerabilidades. Tais mecanismos estão expressos em habilidades imateriais por parte dos/as profissionais, como, a abordagem com postura sensível e respeitosa as diferenças, pertencimento a pauta para interlocução com os/as usuários/as, representatividade, propriedade intelectual, moral e vivencial das identidades de gêneros e sexualidades, levando a estratégias de contato e articulação com a rede que afiançam segurança na acolhida e podem favorecer a vinculação.

Palavras-chave: Atenção psicossocial; População LGBT; Diferença; Gênero e sexualidade; Saúde LGBT.

1 INTRODUÇÃO

As relações sociais são fundadas na cisheteronormatividade enquanto uma determinação total da vida, isto é, ela condiciona a mediação das concepções culturais de gêneros e sexualidades em uma perspectiva normativa e hegemônica como um regime de verdade inquestionável, em que todas as pessoas seguem a ordem sexo-gênero-corpo-desejo (Butler, 2003; Foucault, 2014; Preciado, 2018; Rosa, 2020).

Portanto, acreditam, são ensinadas e vivem tendo o sexo biológico como determinante dos gêneros em duas possibilidades supostamente consolidadas, o feminino, portador da biovagina, e o masculino, portador do biopênis, sendo os desejos desses corpos e mentes unicamente voltados para a heterossexualidade (Butler, 2003; Foucault, 2014; Preciado, 2018; Rosa, 2020).

Essa ordem é a matriz reguladora e a referência supostamente essencial e natural do cotidiano. Por isso, as práticas institucionais reforçarão suas premissas, princípios e narrativas de masculinidade e feminilidade normativas, punindo e oprimindo aqueles/as que venham a dissidir, como é o caso da população LGBTQIAPNb+¹ na sua relação com os serviços de atendimento psicossocial convencionais.

Neste cenário, surge o Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBTQIAPNb+ e Enfrentamento à LGBTQIAPNb+fobia da Paraíba - Unidade Pedro Alves de Souza - Espaço LGBTQ+ Pedrinho, na cidade de João Pessoa-PB, vinculado à Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH). O Espaço é uma unidade pública de atendimento psicossocial e jurídico para as pessoas de cidadania LGBTQIAPNb+ vítimas de violências, violação de direitos e que estão em vulnerabilidade e risco social e/ou pessoal por LGBTQIAPNb+fobia (Paraíba, 2023).

A fundamentação político-legal está disposta no Decreto nº 43.478, de 08 de março de 2023 - Governo da Paraíba. Nele não há maior detalhamento teórico-conceitual, mas pelo dito, podemos entender que a unidade é inspirada em seus processos operacionais e organizativos nas diretrizes e provisões do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e seus serviços de proteção social especial de média complexidade (Brasil, 2009).

No processo de acolhimento e resolução das demandas que “fogem” da rede, o Espaço passa a ter que operacionalizar a matriz reguladora cisheteronormativa que desassiste e exclui a população LGBTQIAPNb+ da atenção psicossocial convencional, colocando a necessidade de (re)criação e (re)invenção do cuidado com essas pessoas.

Assim, esse estudo objetivou descrever e problematizar os aspectos dos processos técnico-operativos desenvolvidos no Espaço LGBTQ+ Pedrinho que envolvem a promoção da atenção psicossocial à população LGBTQIAPNb+.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Esse estudo é caracterizado como um relato de experiência desencadeado de reuniões, avaliações e reflexões da prática profissional, registradas em caderno de campo, apoiadas na análise bibliográfica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cisheteronormatividade é uma exortação moral reiterada que é estrutural e estruturante e “desenha” os corpos e as mentes das pessoas e, assim, dos/as agentes institucionais. Ela é como uma caixa de ressonância que produz um tipo de relação dos/as profissionais consigo, com os outros/as e com o mundo, guiada por meio da generalização e naturalização da cisgeneridade e da heterossexualidade.

Bisneto (2007, p. 146) afirma que “a prática institucional é a resultante das práticas contraditórias de todos os atores organizacionais, institucionais e sociais, que representam os diversos interesses existentes na sociedade. Orlandi (2020) corrobora ao dizer que, mesmo informalmente, qualquer intervenção é mediada por uma ou várias teorias-discursos.

É nesse contexto de transferência e contratransferência institucional (Bisneto, 2007) que

¹ A sigla refere-se as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneras, *queer*, intersexo, assexuais, panssexuais e não-binárias. Já o símbolo de mais designa a multiplicidade identitária quanto aos gêneros e as sexualidades.

operam os equipamentos/unidades de atenção psicossocial que chamamos acima de convencionais. Serviços que são direcionados ao público em geral, cisgênero e heterossexual, sem a especialização do letramento social LGBTQIAPNb+.

O letramento pode ser compreendido como as contextualizações sociais e culturais que conferem sentido às coisas (Street, 2014). Costa e Dias (2023, p. 244) pontuam que “por detrás de um texto (de um gesto, de uma postura, de um sinal, de uma imagem), há sempre uma mensagem, uma ideologia, um discurso embutido”. Em outros termos, o letramento é a forma como costuramos as concepções de mundo a nossa singularidade.

Portanto, ser letrado/a nas questões que envolvem o segmento LGBTQIAPNb+ é se dispor a desenvolver um senso de consciência social que implica abertura para partilha de conhecimentos e experiências, formas de comunicação assertivas, habilidades de abordagem e acolhimento, dentre outros aspectos. O letramento “[...] nos permite criar um elo entre as pessoas e contribuir para a construção de relações de respeito e de cooperação” (Costa; Dias, 2023, p. 245).

Destarte, há uma “economia moral” (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2020) no cotidiano da atenção psicossocial, intencional ou inconsciente, que não permite a problematização dos processos sociais de discriminação e desagregação dessa população nesses serviços. A prática pragmática e programática a norma desconsidera os movimentos das relações de poder e acostuma os/as profissionais às narrativas macrossociais. Por certo, resulta em respostas mecanizadas, despreparadas, desinteressadas ou, ainda, com a pretensa recusa do cuidado apoiada na evasiva que não sabem atender esse público específico, levando ao não acesso.

Bisneto (2007) reflete que estamos vivendo um processo de precarização das relações sociais em todas as formas institucionais. Sawaia (2001, p. 102) complementa esse pensamento ao dizer que “[...] o sofrimento é a dor mediada por injustiças sociais”. Podemos dizer nesse sentido que o destrato e o distrato socioinstitucional às diferenças são característicos e determinantes do sofrimento.

Esse sofrimento pode ser classificado como ético-político porque, de acordo com Sawaia (2001), não é possível pautar a desigualdade e cobrar dos/as sujeitos/as autonomia, vontade política e mudança-revolução sem considerar a forma como eles/as se relacionam com o social e as dores decorrentes. Nesse contexto, o descrédito e desapropriação social que vive a população LGBTQIAPNb+ muitas vezes atormenta mais que qualquer outra demanda biológica, uma vez que os sentimentos são matéria-prima da condição humana.

Assim como preconiza a Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT+ (2013), consideramos aqui as identidades de gêneros e sexuais como determinantes sociais de saúde. Vale pontuar ainda que os gêneros e as sexualidades dissidentes, em si, não são produtores ou causas de sofrimento, mas o aparelho social de negação e abjeção produz no corpo a experiência do sofrimento.

Diante disso, podemos elencar alguns determinantes dessa realidade que representam a escassez de repertórios institucionais protetivos, de acolhimento e cuidado a população LGBTQIAPNb+ na atenção psicossocial convencional concomitante a reafirmação da cisheteronormatividade enquanto princípio dessa “economia moral” pela negação da trama social e histórica que constitui as diferenças e as desigualdades de gêneros e sexualidades.

De acordo com nossas percepções e registros da prática profissional no Espaço LGBT+, essas posturas têm envolvido, na maioria das vezes, pouca compreensão das formas de sociabilidade desse público e de suas representações simbólicas, associada ao não conhecimento cultural e conceitual das diferenças, produzindo leituras julgadoras das performances de gêneros dissidentes em suas dimensões éticas, estéticas, culturais e comportamentais.

Para Butler (2003), os sentidos que se atribui às roupas, aos acessórios e aos comportamentos estão diretamente ligados às provisões culturais mais amplas que extrapolam

a noção de “gosto pessoal” ou decisão individual. Ressalva a autora, os corpos que não se alinham à “engenharia de corpos normais”, portanto, cisgêneros e heterossexuais, são severamente punidos e vítimas das tecnologias de disciplinamento.

Tizio (2007) desenvolve a noção de laço social enquanto a construção individual dos/as sujeitos/as e sua relação densa e tensa com as marcas da cultura. Pensar a relação das pessoas LGBTQIAPNb+ com o próprio corpo em toda particularidade que envolve, é produzir ou não sofrimento. Logo, quando ratificamos na nossa prática institucional a noção de que o gênero é derivado do sexo e decidimos abandonar a importância da consciência, da experimentação e da fala dissidente, enquanto movimento natural de subjetivação da condição humana, estamos reproduzindo sofrimento.

Logo, tudo aquilo que poderia funcionar como letramento LGBTQIAPNb+ e um guia a ser incorporado à intervenção da proposta de atenção psicossocial vigente, acaba sendo engolido pela cisheteronormatividade e virando uma barreira determinante da não superação das vulnerabilidades e do sofrimento da população LGBTQIAPNb+, cujo atendimento que recebe é deslocado de identificação e pertencimento, gerando a desvinculação institucional ou uma vinculação atravessada por medo e insegurança.

Consideramos como premissas fundamentais a qualquer serviço que os/as profissionais tenham uma visão expandida das instituições. Isso pede que percebam e problematizem as condições de funcionamento da rede, do mesmo modo, que haja a interpretação do que os segmentos trazem como demanda, na perspectiva de proporcionar a qualificação dos mecanismos de intervenção.

Nesse ínterim, notamos que não circula nessa rede de atendimento questões como a importância da hormonização para as pessoas transgêneras na produção de seus gêneros e os efeitos desse processo nas suas subjetividades (Vergueiro, 2015). As transparentalidades também não são pautadas (Barbosa; Silva Neto, 2020), assim como a saúde de pessoas que são e estão na não-binaridade (Padilha; Palma, 2017), uma vez que campanhas como “novembro azul”, “outubro rosa”, “setembro amarelo” e outras estão comumente ligadas a símbolos cisgêneros.

Como ainda, o desconhecimento de fluxos de atendimento e das unidades de referência, além das demandas da população transgênera e não-binária quanto ao uso do nome social e dos pronomes com os quais se identificam, comumente ignorados nas instituições, mesmo com normativas e legislações que trazem garantias. Sobre isso, Nonato (2020) considera que a ação de não usar os nomes e pronomes corretos e escolher adjetivos pejorativos ou, ainda, usar o “nome morto”² têm uma função pedagógica de constranger, silenciar, invisibilizar e desencorajar corpos dissidentes da cisheteronormatividade.

Todos esses elementos acima descritos demonstram insegurança nas performances técnicas, o que impede a garantia de um atendimento que permita a autenticidade das performances de gêneros dissidentes e que os marcadores de diferença sejam incorporados ao cuidado.

Esses escapes, fugas e expulsões da rede fazem com que as pessoas LGBTQIAPNb+ cheguem ao Espaço LGBT+ com urgências que requerem muitas manobras. É a integralidade da rede em negação. Por consequência, ao invés daquilo que já se tornou convencional, precisamos estruturar novos parâmetros de atenção, desde a recepção, onde ocorre o acolhimento e os primeiros olhares institucionais (afirmativos) para esses corpos, até o atendimento técnico com psicólogo/a, assistente social, advogado/a ou com a coordenação da unidade.

Esse é um acontecimento que não mobiliza apenas a equipe técnica, a gestão da unidade

² O termo “nome morto” é expressão usada pelas pessoas transgêneras para referir-se ao nome que foi registrado na certidão de registro civil, com o qual passam a não se identificar no curso da vida-trânsito.

também precisa compreender todos os meandros e ter contato continuado no cotidiano com os mais variados contextos operacionais e político-subjetivos da rede, formando uma malha de serviços que estejam minimamente aptos para receber as pessoas LGBTQIAPNb+ em todas as suas diferenças e efetivar um encaminhamento com segurança.

Do ponto de vista macrosocial, a equipe precisa tornar corriqueiras as análises de gêneros e sexualidades quanto aos problemas apresentados pela população e a avaliação dos fatores de risco que chegam por meio dos casos, ponderando que há significativas discrepâncias se comparado ao acesso da população cisgênero.

A percepção e abstração da “economia moral” anteriormente citada influencia na qualidade, na avaliação do trabalho, nos resultados e objetivos do cuidado proposto. Essa decisão de ter sempre a vista as próprias tramas sociais constitutivas de si ensejam a superação de uma análise meramente categorial, lógica, portanto, generalista. É necessário fortalecer conexões e relações mais orgânicas alocadas nas bases sociais de tais fenômenos. Por isso não há como delimitar uma “técnica geral” ou um embasamento empírico único para esse tipo de atenção psicossocial, pois são as descobertas que refazem o cotidiano.

Isso gera na atuação dos/as profissionais um interesse genuíno os/as levando a desenvolver empatia e sensibilidade pela multiplicidade das existências em gêneros e sexualidades, postura que advém da segurança e olhar crítico a seus pertencimentos identitários sem que a realidade do/a outro/a seja um incômodo.

Essa dinâmica processual, metodológica e cognitivo-comportamental demonstra que além de posturas técnicas e objetivas, a intencionalidade dos/as profissionais possui um valor de recuperação significativo. Trata-se de estar em um estado constante de experimento e desbravamento de produção de subjetividades, sendo os/as usuários/as guias das escolhas intelectuais e operativas da atenção psicossocial proposta pelo Espaço.

Assim, a intencionalidade demarca um enfrentamento pessoal na busca por vislumbrar e desbravar direções adaptativas por meio de negociações/mediações intersubjetivas e também externas, com os serviços convencionais, para que o acolhimento da cidadania LGBTQIAPNb+ não seja injurioso ou negado.

O estado de experimentação e produção de subjetividades quando feito pelos/as próprios/as profissionais também repercute nos atendimentos, pois, ao passo que se autoavaliam em seus pertencimentos sociais, acumulam e entregam informações sensíveis e qualificadas aos usuários/as, resultando em mais um aspecto que favorece a vinculação com o serviço, diferente do que tem acontecido nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), conforme a pesquisa de Ribeiro (2014) demonstrou.

Percebemos, no entanto, uma ambivalência gerada na relação da rede com o Espaço LGBTQ+, pois, desejam e almejam que a unidade, por ser especializada, e que, portanto, “atende somente LGBTQ+”, assume o papel de outras políticas e serviços. É um perigo supor que apenas um serviço dará conta da multifatorialidade das necessidades de uma população ou grupo. Além disso, expressa, mais uma vez, a ausência de uma interface com os debates de gêneros e sexualidades, fragilizando então a contenção e o rompimento dos ciclos de vulnerabilidade e sofrimento na atenção psicossocial, que opera, nesse contexto, sem o “social”.

4 CONCLUSÃO

Esse estudo teve como objetivo descrever e problematizar os aspectos que envolvem a promoção da atenção psicossocial à população LGBTQIAPNb+ com base na experiência profissional no Espaço LGBTQ+.

Com o processo fundamentação da atuação técnico-operativa no Espaço LGBTQ+, observamos que a prática da atenção psicossocial enseja que os serviços convencionais possam (re)compor os princípios de atenção e cuidado que envolvem as singularidades da população

LGBTQIAPNb+.

A dinâmica processual-metodológica da unidade é marcada por persistência, criatividade e desbravamento dos/as profissionais nas práticas diárias de atenção. Implica, sobretudo, considerar a cisheteronormatividade como determinante do sofrimento, o que propicia uma performance profissional além de modelos técnicos prontos e previstos, por compreender o funcionamento da intervenção face aos condicionantes da prática (serviços, profissionais e instituições).

Essa dinâmica é também ontológica, pois deve ser pautada no conhecimento cultural das diferenças, e orgânica, por ser operacionalizada muito além da relação usuário-serviço, pois os/as profissionais criam conforto vivencial, conceitual e metodológico com a pauta o que leva a criação de direções adaptativas frente ao medo e insegurança provocados pelos serviços convencionais.

Por fim, concluímos que é preciso que seja ultrapassada a retórica de que o Espaço LGBTQIAPNb+, por ser uma unidade que atende apenas esse segmento, dominará todos os recursos de intervenção. É preciso que seja fomentado um percurso de obrigatoriedade institucional quanto ao letramento LGBTQIAPNb+ a ser catalisado para as políticas públicas, enquanto determinante da atenção psicossocial.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Caroline Vargas; SILVA NETO, João Felipe da. A desconstrução da heteronormatividade: o reconhecimento da identidade de gênero dos transexuais para a “transparentalidade” ou “parentalidatrans”. **Rev. de Direito de Família e Sucessão**, v. 6, n. 1, p. 55-74, 2020.
- BISNETO, José Augusto. **Serviço Social e Saúde Mental: uma análise institucional da prática**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BRASIL. **Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.
- BRASIL. **Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COSTA, Margareth Torres de Alencar; DIAS, Roberto Muniz. Letramento literário e diversidade com base nas obras em nome do desejo. **Revell**, v. 1, nº 34, 2023, p. 243-265.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- NONATO, Murillo. **Vivências afeminadas: pensando corpos, gêneros e sexualidades dissidentes**. Salvador/BA: Devires, 2020.
- ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso - Princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes,

2020.

PADILHA, Vitória Braga; PALMA, Yáskara Arrial. Vivências não-binárias na contemporaneidade: um rompimento com o binarismo de gênero. **Anais Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2017.

PARAÍBA. Decreto nº 43.478, de 08 de março de 2023. Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana - SEMDH e dá outras providências.

PRECIADO, Paul B. **Testo junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

RIBEIRO, Jéssyka Kaline Augusto. **Assistente social, para quê e para quem?** Uma análise acerca do atendimento às populações LGBT no âmbito dos CREAS, do município de João Pessoa-PB. 2014. 190f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

STREET, Brian. **Letramentos Sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SWAIA, Bader. (Orgs.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.

TIZIO, Hebe. Novas modalidades do laço social. **aSEPHallus**, v. 2, n.4, p. 32-37, 2007.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.